

Um historiador por si mesmo: Entrevista com Ronaldo Vainfas

Alécio Nunes FERNANDES¹

Angelo Adriano FARIA DE ASSIS²

Pollyanna Gouveia MENDONÇA MUNIZ³

Yllan DE MATTOS⁴

¹ Doutor em História pela Universidade de Brasília, linha de pesquisa: política, instituições e relações de poder. Colaborador do Programa de Estudos Medievais da Universidade de Brasília. Brasília. DF. Brasil. ORCID: 0000-0001-6267-0665 E-mail: alecionunesfernandes@gmail.com

² Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2004) e Pós-doutorado pelas Universidade de Lisboa (2011), Universidade de Évora (2011) e Lettres Sorbonne Université (França, 2021). Professor Titular da Universidade Federal de Viçosa, onde atua na Graduação em História e como Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. Viçosa. MG. Brasil. ORCID: 0000-0002-1587-438X E-mail: angeloassis@uol.com.br

³ Doutora em História pelo programa de Pós-Graduação em História - PPGHIS-UFMA (Mestrado e Doutorado). Professora Associada III na Universidade Federal do Maranhão e professora do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em História - PPGHIS-UFMA (Mestrado e Doutorado). São Luís. MA. Brasil. ORCID: 0000-0002-2528-1748 E-mail: pollyannagm@yahoo.com.br

⁴ Doutor em História Moderna na Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto no Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus de Seropédica. Seropédica. RJ. Brasil. ORCID: 0000-0002-1930-0789 E-mail: yllanmattos@gmail.com

Conversar com Ronaldo Vainfas, em qualquer situação, é motivo de aprendizagem e regozijo. Seja nos bastidores de congressos; seja na Academia, em reuniões de trabalho, bancas, discutindo livros, eventos e projetos; seja em sua casa, quando não há limite de assuntos. Sempre misturando o profissional e a amizade, destes longos tempos de convívio. O tempo parece passar mais rápido do que esperávamos, surpreendidos com o bom humor, a sensibilidade, franqueza, gentileza e astúcia de um historiador atento ao mundo e à História. Também pudera: Vainfas é, reconhecidamente, das maiores referências historiográficas, com seus textos de escrita envolvente e leitura obrigatória.

Tudo isso pode ser percebido nesta entrevista que propomos fazer com ele (prontamente aceita) a quatro cabeças – Angelo Assis, Pollyanna Mendonça e Yllan de Mattos, seus ex-orientandos, e Alécio Fernandes, que também teve a vida acadêmica entremeada por Ronaldo. Todos nós, aliás, não apenas seus admiradores e amigos, mas também parceiros em diversos trabalhos. A ponto de organizarmos, em 2016 e 2017, respectivamente, um evento e um livro em homenagem ao Ronaldo – *Um historiador por seus pares: trajetórias de Ronaldo Vainfas*. O título desta entrevista faz referência a isto: depois de ter sua obra destrinchada e louvada por pesquisadores de renome, convidamos o próprio Ronaldo a refletir sobre a História e sobre si.

Assim, propomos que cada um fizesse – sem que os demais soubessem antecipadamente o teor de suas intervenções – duas questões ao Professor Vainfas, que as respondeu com toda a vivacidade, crítica e refinamento que lhe são peculiares. Respostas, vale dizer, que vão além do formalismo dos questionamentos, abrindo frentes novas no debate, sem fugir das lutas e polêmicas, com sua argumentação eruditíssima, provocativa e instigante, apontando para percepções e vivências de um de nossos principais historiadores em atividade. O que o leitor tem em mãos é a rara oportunidade de acompanhar esse debate, mesclando a intimidade do longo convívio com o refinamento historiográfico do mestre. Em muitos sentidos, a História Pública em grande dimensão. Uma conversa, como dito acima, mais do que uma entrevista. E como não poderia deixar de ser, uma verdadeira aula.

Alécio Fernandes: É certo dizer que, em termos historiográficos, por mais atenção que receba, um tema jamais se esgota, seja pela descoberta de novas fontes, seja pelo fato de que, a cada presente, o historiador sempre dará novos futuros ao passado — porque, assim como seu objeto, ele também é filho de seu tempo. Por outro lado, novas interpretações históricas acabam por estimular que revisitemos temas já consagrados pela historiografia, e, também — por que não? —, que reavivemos velhas polêmicas historiográficas. Dito isso, do alto de sua larga experiência como pesquisador e como orientador de tantos estudiosos, no seu entender, quais aspectos da Inquisição portuguesa ainda não parecem ter sido objeto de uma atenção mais detida dos historiadores?

Ronaldo Vainfas: De acordo, Alécio: um tema jamais se esgota na pesquisa historiográfica. Está sempre sujeito a revisões e reconstruções. Pode estar na crista da onda em determinada época e sumir em outra. O mesmo em relação às interpretações, conforme o tempo em que a pesquisa foi concebida e realizada e, certamente, conforme os *corpi* documentais utilizados. A problemática da Inquisição é um exemplo. Na virada do século XIX para o XX, o que se escreveu sobre a Inquisição esteve inspirado no pensamento ilustrado, de viés liberal, baseado em fontes institucionais ou libelos indignados com a existência de um tribunal dogmático. O resultado foi a chamada “lenda negra” da Inquisição, vista como um tribunal arbitrário e *a priori* condenatório. Uma visão anacrônica porque, em resumo, o Antigo Regime era arbitrário por princípio e intolerante por vocação. Nada de excepcional, portanto, neste ponto. Na época, tempo de Estados confessionais, as populações apoiaram a Inquisição. Isto vale para as Inquisições portuguesa, espanhola e romana e para outros tribunais de fé ou consciência, católicos ou protestantes na Europa. No pós-45 e até os anos 1970, as interpretações tenderam a associar os procedimentos inquisitoriais aos regimes totalitários do século XX. Exemplo típico: associar à perseguição inquisitorial de cristãos-novos descendentes de judeus ao Holocausto perpetrado pelo Nazismo. Tremendo equívoco. O Santo Ofício só condenou à morte cerca de 8% dos processados, no caso português. Seu principal objetivo era extirpar os resíduos de judaísmo entre os convertidos. Pena capital só em último caso, como no de réus considerados incorrigíveis. O nazismo, séculos depois, queria exterminar todos os judeus da Europa, se possível do mundo. As pesquisas avançaram mesmo a partir dos anos 1980, sob a inspiração da história das mentalidades ou, mais amplamente, da

história sociocultural. O foco se deslocou para os perseguidos; as pesquisas voltadas para o exame de processos manuscritos contra indivíduos ou grupos. Além disso, os historiadores passaram a valorizar os documentos normativos da Inquisição ao longo do tempo, buscando compreender a sua processualística conforme os valores da época. Compreender o passado, diria Lucien Febvre; explicá-lo, diria eu mesmo. O que está longe de justificar moralmente as perseguições. Em todo caso, há muito o que pesquisar. Volta e meia um (a) historiador (a) descobre um caso novo, uma situação-limite. No Brasil dou o exemplo de Luiz Mott com sua *Rosa Egípcíaca: uma santa africana no Brasil*, original de 1993, reeditado pela Companhia das Letras em 2023. Enredo da Viradouro do desfile das escolas de samba carioca do mesmo ano. **Pelo que tenho dito até aqui, o revisionismo faz parte da produção historiográfica.** Não tem cabimento confundi-lo com negacionismo de tragédias ou perseguições, como sugerem os adeptos de polêmicas oportunistas não raro mal intencionadas.

Alécio Fernandes: No belíssimo *A heresia dos índios* — que recebeu recentemente nova edição da Companhia das Letras —, o senhor afirma que, na Primeira Visitação ao Brasil, o Santo Ofício teve de “se curvar aos ‘interesses temporais’ da colonização” (p. 227)⁵, bem como ressalta que “desde os primeiros passos da Visitação, mancomunava-se o visitador, com os ‘homens bons’ do lugar” (p. 203) — o que fica claro, por exemplo na decisão da Mesa inquisitorial de, na prática, cancelar em parte as condenações impostas judicialmente a vários réus mamelucos, no que tocava à proibição de tornarem ao sertão, decisão esta que claramente favorecia o “colonialismo” (p. 258). Por outro lado, o senhor considera que, de forma geral, a Mesa da Primeira Visitação foi “complacente [...] com a maioria dos mamelucos e sertanistas” (p. 225). Parece claro que, para além daquelas mais propriamente religiosas e jurídicas, questões políticas também foram importantes no momento de sopesar as penas impostas aos mamelucos condenados na Mesa da Visitação ao Brasil. No seu entender, é possível estender tal consideração a outros réus do Santo Ofício?

⁵ As páginas citadas referem-se à nova edição: VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios*. Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Ronaldo Vainfas: Neste caso, como você sabe, Alécio, o foco da perseguição surpreendeu o visitador do Santo Ofício: tomou ciência de um movimento religioso indígena que, apesar de combater a escravidão e os jesuítas, foi acolhido por um senhor escravista da Bahia em suas terras. O visitador processou o tal escravista, Fernão Cabral de Ataíde, e vários mamelucos a seu serviço, que atraíram os nativos da seita para o litoral e praticaram “gentilidades” nos sertões, entenda-se: nas matas. Fez jogo duro com Fernão Cabral, mas aplicou pena moderada, com exceção da pecuniária. Foi também leniente com os mamelucos processados, alguns praticantes de antropofagia quando estantes em aldeias indígenas. Normal naquele tempo e cultura tupi. Arrisco dizer que o visitador percebeu o que Gilberto Freyre chamou de poder privatista dos grandes senhores coloniais em face das instituições régias ou eclesiásticas. Chegou a sofrer um atentado à bala por mexer com uma família de cristãos-novos judaizantes, muito rica e poderosa no recôncavo. Percebeu também que os mamelucos, mestiços e culturalmente híbridos, todos bilíngues, eram a vanguarda da expansão colonial para o interior, espécie de milícia escravista dos senhores do litoral. Por isso digo que o Santo Ofício se vergou, discretamente, aos interesses materiais da colonização. E digo discretamente porque, num paradoxo compreensível, evitou penalizá-los com rigor, mas não deixou de expor muitos à vergonha de ouvir sentença em público, vela acesa na mão, inclusive Fernão Cabral. A leniência inquisitorial teve limites. Houve mesmo um mameluco condenado a ser açoitado pelas ruas de Salvador. Este caso permite uma reflexão geral. Mesmo no reino, o Santo Ofício evitou processar gente graúda, homens da nobreza e do alto clero, por exemplo. Nisto não houve o tal “vergar-se aos interesses coloniais”, senão aos privilégios do Antigo Regime. No caso dos interesses coloniais, o paradoxo reside em que, como o alvo das perseguições eram cristãos-novos judaizantes, o Santo Ofício carregou contra os homens de negócio, que eram o sistema nervoso do império marítimo português. Com isso, dilapidava patrimônios particulares para gastos com a Igreja e a Coroa e desorganizavam, ainda que temporariamente, importantes redes mercantis. Notei, em alguns processos, que cristãos-novos endinheirados, ainda que atolados em denúncias verossímeis, foram aliviados pela Inquisição. Alguns sequer ouviram sentença. Em tais casos, presumo que houve interferência externa ao tribunal. Interferência de boca a boca, sem registro documental.

Pollyanna Mendonça: A historiografia sobre a Inquisição tem crescido e se diversificado muito nos últimos anos, com destaque para as pesquisas realizadas por historiadores brasileiros. Quais áreas ou temáticas, na sua opinião, mereciam ser mais exploradas?

Ronaldo Vainfas: Entre os avanços que você menciona, Pollyanna, destacaria as pesquisas sobre os aspectos político-institucionais da Inquisição portuguesa, também presente na historiografia sobre outras inquisições europeias. O recente estudo de Alécio Nunes Fernandes, *A Defesa dos réus* (2022) oferece grandes novidades sobre o *modus faciendi* da Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil. Entre outras, as cizânias entre o visitador, o notário e o meirinho da comitiva inquisitorial, o que põe abaixo, em microescala, a imagem de uma instituição monolítica, mesmo em uma “inquisição volante”. Quem estuda os pareceres do Conselho geral, em muitos casos, percebe as divergências, por vezes frontais, entre inquisidores e deputados acerca de tal ou qual sentença. Vários estudos sobre a Inquisição portuguesa têm seguido esta linha, com destaque para os de Bruno Feitler, estudioso das normas, práticas judiciárias e quadros do tribunal (inquisidores, deputados e outras carreiras). Muitas teses, nos últimos anos, têm estudado as redes de Familiares do Santo Ofício no Brasil, em diversas capitânicas, desnudando a imbricação entre interesses particulares e o exercício de funções públicas (policiais) por esses agentes inquisitoriais. Esta é uma trilha de pesquisa inovadora entre nossos historiadores, seguindo os passos dos colegas portugueses e hispanistas. Desde os anos 1990 surgiram pesquisas ainda mais afinadas, focando em tribunais específicos de uma mesma Inquisição, buscando o ajustamento da ação inquisitorial a contextos locais. A propósito, no caso do Brasil, desenvolvem-se estudos sobre a atuação do Santo Ofício em dimensão regional, buscando semelhanças e contrastes entre territórios distintos. No caso das fontes ainda insuficientemente exploradas, menciono os Cadernos do Promotor, Caderno dos Solicitantes, Cadernos do Nefando, Livros do Alcaide dos Cárceres, Visitas de inspeção aos tribunais, Livros do Conselho Geral do Santo Ofício, Correspondência inquisitorial. Tais fontes possuem potencial extraordinário. Limito-me a citar dois exemplos relativos aos Cadernos do Promotor: o estudo de Luiz Mott sobre o *Acotundá*, nas Minas setecentistas, uma variante do Calundu, ancestral do candomblé, e os trabalhos

de Maria Leônia Chaves de Resende, que mapeou, baseada nos Cadernos, todas as denúncias envolvendo indígenas registradas no Brasil Colonial. Também a documentação do Juízo do Fisco Real seria preciosa para estudar o confisco de bens na prática. Desconheço estudos nela baseados. Eduardo d'Oliveira França afirmou, em 1963, que o acervo inquisitorial era um mundo “a desafiar gerações e gerações de pesquisadores”. O prognóstico é ainda perfeito em pleno século XXI. E não só para os estudos sobre o Santo Ofício, seus agentes e/ou sobre grupos e indivíduos perseguidos, senão para temas variados de história social, econômica e política.

Pollyanna Mendonça: Sua experiência e reconhecimento internacional nas pesquisas utilizando a documentação do Santo Ofício são inegáveis. O que você tem feito ultimamente? Podemos esperar novos trabalhos com esse acervo inquisitorial?

Ronaldo Vainfas: Desde os anos 1980, os trabalhos de minha autoria que considero mais relevantes são os ancorados nas fontes e temas inquisitoriais, sem prejuízo de pesquisar outras fontes. Um caso típico foi o livro *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês* (2008). Nele examinei profundamente os dois processos contra o padre Manoel de Moraes, que largou o catolicismo e a lealdade à Coroa ibérica, nas guerras pernambucanas, para lutar pelos holandeses e adotar o calvinismo. Mas li não sei quantas crônicas das guerras, incluindo a de holandesas traduzidas; documentação jesuítica depositada no Arquivo do Vaticano; memórias de vários indivíduos que estiveram com o padre-personagem na Holanda, Portugal, Pernambuco, Bahia; documentos do arquivo de Salamanca, trechos de livros raros, em várias línguas (felizmente digitalizados), que citaram escritos de Manoel de Moraes ao tempo em que viveu na Holanda; documentos da Companhia das Índias Ocidentais depositados no Arquivo de Haia, para o que contei com colegas familiarizados com o idioma neerlandês antigo. Uma epopeia. Como este livro foi um exercício de micro-história, a pesquisa teve que ser intensiva. Diria que, não raro, é mais difícil do que fazer pesquisas com problemáticas mais inclusivas, porque na microanálise tudo é importante, a cor das roupas; o dia da semana em que caía a sexta-feira santa de 1634; o ensino de teologia na Universidade de Leiden, onde meu personagem estudara; os ofícios da rede parental do biografado, e por aí vai. Detalhes minúsculos que, numa perspectiva geral seriam dispensáveis, nesta pesquisa onde a escala

de observação se reduz drasticamente, o historiador é obrigado a seguir um sem-número de atalhos para obter resultados satisfatórios. E isto, se deixar a macro-história de lado, pois há sempre que abrir espaço para as conexões com o geral, ainda que acanhadas e/ou por vezes implícitas. Mas, voltando às fontes, a documentação inquisitorial foi o eixo e a inspiração deste livro. E de muitos outros que publiquei a partir de 1989. Continuo, é claro, estudando a Inquisição. Em 2021 dirigi, junto com Angelo de Assis, uma coleção em quatro volumes sobre a Inquisição, a propósito dos 200 anos de sua extinção, em Portugal (1821), publicada pela *Proprietas* (Leiria), em 1922. Nós dois, com a inclusão de Yllan de Mattos no grupo diretor, preparamos uma segunda coleção sobre a Inquisição portuguesa com foco nas vítimas (grupos e indivíduos), em seis volumes, pela mesma editora, ora no prelo, prevista para sair em 2024. Quando da extinção do Santo Ofício pelas Cortes Portuguesas, em 1821, um deputado propôs que toda a documentação do Tribunal fosse queimada em praça pública. Um Auto de Fé às avessas. Ainda bem que a imensa maioria dos deputados não aprovou, com sabedoria, moção sobremodo desastrosa para a pesquisa histórica.

Angelo Assis: Nas últimas décadas, os estudos inquisitoriais tornaram-se campo bastante sedimentado, tanto no Brasil quanto em Portugal. A presença e atuação da Inquisição em Portugal e seus domínios têm ganhado novas perspectivas de análise, fruto dos avanços da historiografia, do crescimento da oferta e qualidade dos programas de pós-graduação, de publicações e eventos temáticos específicos, ou ainda, da digitalização dos acervos e democratização ao acesso a estas fontes, entre outros motivos. As leituras sobre o Tribunal e seus personagens — sejam agentes ou vítimas — ganham novos vieses, interagindo com outros campos do conhecimento e novos interesses historiográficos. Assim, como avalia que os estudos inquisitoriais possam avançar e, ao mesmo tempo, contribuir com o campo da História Pública.

Ronaldo Vainfas: É inegável a consolidação deste campo de estudos, que desabrochou, com base em pesquisa arquivística, a partir dos anos 1970. No Brasil, a partir dos anos 1980. A grande contribuição deste processo foi a verticalização dos estudos com base em pesquisa empírica de fontes judiciais e normativas, abandonando-se o estilo meramente opiniático, sem lastro de pesquisa arquivística, em geral anacrônico

e baseado em juízos de valor. Sobre a relação entre os estudos inquisitoriais e a dita História Pública, não teria muito o que dizer, pois conheço-a pouco. Mas é possível identificar, superficialmente, dois sentidos nesta proposta, o primeiro ligado à **divulgação**, o segundo à **produção de conhecimento**. Até onde sei, ela pode ser novidade no Brasil, com este nome, mas surgiu nos EUA da década de 1970. O grande objetivo, no nascedouro, era ligado à divulgação do conhecimento histórico produzido nas universidades, atravessando os muros da academia e valendo-se da mais ampla gama de veículos midiáticos. Na verdade, a hoje chamada História Pública já existia, sem esse nome, desde fins do século XX. Na França, por exemplo, diversos historiadores de ofício participavam de debates televisivos, prestavam consultorias a cineastas, acompanham a elaboração de roteiros de série. Um único exemplo: a consultoria prestada por Le Goff para o filme *O nome da Rosa* (1986), de Jean-Jacques Annaud, baseada no livro homônimo de Umberto Eco (1980). Outro, este acidental, mas exemplar do poder da mídia na publicização do conhecimento acadêmico: o livro de Le Roy Ladurie, *Montaillou* (1975), tornou-se um tremendo *best seller* ao ser visto nas mãos do presidente Mitterrand, nos anos 1980. A publicização da produção historiográfica ocorreu em grande escala no mundo ocidental e o Brasil não foi exceção. Na América Latina, foi enorme a mobilização do mundo acadêmico pela mídia a propósito do V Centenário do Descobrimento da América (1992). O mesmo em relação aos 500 anos do descobrimento do Brasil (2000). Também foram amplamente difundidos, no Brasil e no exterior, as novas pesquisas sobre a Inquisição na altura dos 450 anos da instalação do Santo Ofício português (1986). De modo que não vejo qualquer novidade neste conceito de História Pública quanto à divulgação de conhecimentos acadêmicos para segmentos amplos com recurso a veículos de comunicação variados, além do livro ou do artigo científico impressos, exceto o avanço deste processo na cauda da revolução da era digital. Este lado da História Pública é magnífico, embora eu prefira falar da publicização e democratização do conhecimento histórico, de preferência a qualificar um domínio específico do fazer história. Mas há o segundo sentido mencionado acima. Com o passar dos anos, a História Pública buscou ampliar os seus horizontes. Formulou propostas de engajar a “formação acadêmica profissional” com a sociedade — afirmou Étienne Deschamps, buscando o enfrentamento de dilemas sociais. Aqui já acho questionável. Além de não ser nova (vide

o conceito de *práxis* no pensamento marxista), abre largo caminho para uma história politicamente engajada, não raro sectária, além de muito restrita à História do Tempo Presente. Josefien de Bock vai além e associa História Pública não à divulgação de conhecimentos acadêmicos, mas ao “momento em que acadêmicos e não acadêmicos escrevem história juntos⁶. Aqui, francamente, entramos no reino do absurdo. Penso que o conhecimento histórico deve ser produzido por “acadêmicos”, ainda que não formados em história, porém, eruditos de notório saber. A história é uma ciência aberta, mas inseparável da cultura letrada. E muitos hoje entendem esta nova “parceria” *ipsis litteris*. No Brasil há cursos de história afro-brasileira ministrados por historiadores e “quilombolas” ou indígenas, conforme o caso. Há um quê de antiacademicismo neste sentido da História Pública, visível na propaganda de um conhecimento extrauniversitário ou emparelhado como os sujeitos sociais em foco; um tanto desdenhoso, para dizer o mínimo, na formação metodológica e erudita inerente a este tipo de conhecimento. Além disso, a tirania do *Tempo Presente*, a ideia surrada de que a História “serve para compreender o presente e transformá-lo”, a insistência em traduzir o passado para o presente, sobretudo no ensino didático, considerado como cominho ideal para fazê-lo inteligível. Ora, a História, antes de tudo é um conhecimento dedicado a reconstruir o passado, seus modos de viver, seus conflitos, suas linguagens. Buscar a alteridade no tempo, com atenção às continuidades, descontinuidades e rupturas. O foco não é o presente, mas o que já foi, sem prejuízo das reinvenções do passado na contemporaneidade; na construção de memórias oficiais ou rebeldes. Diria que o *presentismo*, que me soa aparentado com a “História Pública”, é uma praga para a ciência ou disciplina histórica. Quanto a produzir História a quatro mãos, o historiador e o sujeito da história contada, se me afigura como um delírio que desmerece o ofício. É claro que esta postura é resultado do frenesi identitário no mundo atual. Se é verdade que os discursos dos sujeitos socioculturais estudados em cada caso são valiosíssimos para a produção historiográfica, em pesquisas de História Contemporânea ou do Tempo Presente, desde que consideradas como fontes orais, testemunhos, portadores de memórias. O mesmo vale para o ensino, considerados os depoentes como documentos

⁶ Sobre os autores citados a propósito da História Pública, e muitos outros nela engajados, ver Rodrigo B. Bonaldo. O que é História Pública? *Portal História Pública*. Disponível em: <https://historiapublica.sites.ufsc.br/o-que-e-historia-publica/>. Consulta em 12/05/2024, às 16hs.

vivos. Mas o que dizem ou escrevem não é História; podem documentar a História; embasar a escrita da história produzida por um historiador de ofício. Se qualquer um pode escrever História, baseando-se apenas em sua experiência pessoal, então, combinemos, esta Ciência não existe. Vira uma “terra de ninguém”. O mais grave é a relação entre História Pública ligada à identidade étnica, sexual, religiosa etc., e a perniciosa ideia de “lugar de fala”. Isto é uma afronta à História, que não raro tenta impedir historiadores e professores de escreverem ou ensinarem sobre grupos aos quais não pertencem ou deles não descendem. Sectarismo descarado e censório. Deste sentido de História, discordo frontalmente: começa com a obsessão de “saltar os muros da academia”; prossegue com o questionamento da especialidade profissional do historiador/professor; avança para legitimar sujeitos sociais como legítimos historiadores, o que confunde sujeito e objeto (pecado epistemológico elementar); termina, no limite, por excluir professores ou historiadores de tratar de identidades às quais não pertencem ou delas não descendem. É a censura perpetrada pelo “lugar de fala” que, por vezes — conheço casos — resulta em ações judiciais de alunos contra professores. Isto é tão nocivo e deletério quanto a balela “da história sem partido”, com ambições e resultados similares. Reflitam sobre o parentesco visceral entre a “escola sem partido” e o “lugar de fala”. Quando menos, ambos são censórios e persecutórios. Ambos agridem a **liberdade de cátedra** e a formação profissional do **historiador de ofício**. Em todo caso, Angelo, os estudos sobre a Inquisição nada têm a ver com História Pública, neste segundo sentido que aponte. Para estudá-la — sobretudo a História sem predicativo —, é preciso examinar documentos grafados de maneira arcaica, manuscritos ou impressos; ler vasta bibliografia sobre este campo de estudos; conhecer as fontes normativas do tribunal em cada época (pois a Inquisição, como sabem os historiadores *à vera*, não foi homogênea no tempo e no espaço). Não é tarefa para qualquer curioso ou engajado em causas identitárias. E, finalmente, Angelo, é como dizia Ginzburg, no seu *História Noturna* (1989): a História é uma viagem ao mundo dos mortos. A imensa maioria dos historiadores dialoga com mortos, através de registros e resíduos documentais que sobreviveram ao tempo. Impossível fazer parceria com fantasmas. Não assumo aqui uma posição corporativista. Assumo, sem dúvida, a defesa do conhecimento histórico qualificado, seguindo os *Combates pela História*, de Lucien Febvre. Se tal postura é elitista, paciência. Todos são

imperfeitos. Não há santos. A mim, pessoalmente, não agrada a bandeira do “politicamente correto” porque, amiúde, considera a verdade histórica apenas uma “narrativa”, além de motivada por interesses políticos. Para terminar: “narrativa” eis palavra repetida *ad nauseam* em toda parte para designar quaisquer discursos ou simples fatos com fartas evidências factuais. A língua de Camões e a realidade concreta ficam bem vilipendiadas nesta senda.

Angelo Assis: No atual século, a publicização do conhecimento histórico tem atingido níveis estratosféricos em função do avanço da informática, com suas ferramentas de pesquisa e divulgação impensáveis nos anos 1970.

Como vê a área dos estudos inquisitoriais hoje? Pode fazer um breve balanço do que considera mais promissor nos últimos anos? Qual entende ser a maior contribuição da sua geração — e sua, em particular — para o avanço dos estudos sobre a Inquisição?

Ronaldo Vainfas: Gostei da “publicização”, como sujeito que abre a pergunta, no lugar de História Pública, nome desta promissora revista. Mas há duas perguntas em uma só, aqui. A primeira diz respeito ao impacto revolucionário da tecnologia na pesquisa. A informática e a digital. É tópico para longa dissertação, que ora não convém. Não vou ousar entrar em detalhes, pois me falta expertise. Nasci nos anos 1950 e consegui, bravamente, me ajustar a esta revolução, ainda que com enormes limites. Mas estou de acordo com a ideia de que a divulgação do conhecimento histórico alcançou níveis estratosféricos. Vou dar um simples exemplo. Em 1986, Lisboa sediou um congresso internacional não para celebrar, senão para lembrar e discutir, em alto nível acadêmico, as tradições e inovações historiográficas relativas à história inquisitorial. Compareceram historiadores de vários países europeus, latino-americanos, alguns norte-americanos, africanos e asiáticos. A maioria permaneceu pelo menos uma semana na cidade. Faça ideia do custo deste evento em bilhetes aéreos, hospedagem, transporte urbano, alimentação. Acrescente o tempo de organização, a mobilização de inúmeros monitores, a distribuição das sessões pelas salas da Universidade de Lisboa, horários, encontros de confraternização e tudo o mais. Creio que os participantes foram em torno de 100 pessoas. Pois em 2021, no aniversário dos 200 anos da extinção do Santo Ofício português, organizamos um evento a partir de uma comissão composta por nós dois, Yllan Mattos,

Daniela Calainho, Bruno Feitler e Susana Mateus. Tudo foi feito *on line*, tanto as discussões da comissão organizadora quanto as sessões do evento em si. O evento contou com autores e autoras de diversos países, ajustando-se as sessões conforme o fuso horário, e não foi evento fechado, senão aberto ao público em geral, que podia acompanhá-lo clicando em um link para assistentes. Neste singelo exemplo, tem-se uma amostra do impacto da evolução tecnológica num espaço de 35 anos. O que era trabalhosíssimo e caríssimo em 1986 — verdadeiro *tour de force* para os organizadores — tornou-se procedimento banal nos últimos anos. Hoje há cursos, debates, conferências, entrevistas, exames de teses, tudo *on line* e disponibilizado, no mais das vezes, para público amplo. Coisa impensável nos idos dos anos 1980. Até aqui tratei da publicização do conhecimento histórico. Mas isto também vale para a produção deste conhecimento, acesso a fontes de pesquisa. Há inúmeros arquivos, no Brasil e no exterior, com fundos arquivísticos digitalizados e disponíveis para qualquer cidadão do mundo. Arquivos e bibliotecas, algumas com livros raríssimos do século XVI ou mesmo medievais digitalizados. Revistas acadêmicas idem, algumas com acesso pago, outras disponíveis gratuitamente. No tempo em que fazia doutorado tirei dias para pesquisar em boas bibliotecas, como a da USP, bem atualizada em periódicos internacionais, para selecionar e fotocopiar artigos de várias revistas que se relacionavam com meu tema. Hoje, faço tais pesquisas no meu escritório, sentado em frente ao computador. Para os estudiosos da Inquisição no Brasil, toda a documentação do arquivo Nacional da Torre do Tombo — ou quase toda — está digitalizada. Pode-se pesquisar e escrever uma tese sem sair de casa. Não carece mais atravessar o Atlântico, como os argonautas de Camões. Mas nem tudo são flores. A pesquisa se torna muito mais factível e ágil. Mas perde-se a viagem e a estadia em Lisboa, por vezes longa; além de ser uma capital maravilhosa, entre a Europa e a África, como escreveu Gilberto Freyre, oferece uma “pesquisa de campo de valor incalculável. Historiadores(as) que viajam, seja para onde for, nunca fazem apenas turismo, pois estão o tempo todo conectando o que veem com o que estou estudando ou com o que já sabiam pelos livros. É como unir o conhecimento letrado e convencional a uma “herança imaterial”, enraizado na memória, e a um legado patrimonial.

Quanto à segunda pergunta, penso que tratei um bocado do assunto ao responder ao Alécio e à Pollyana. Fazer um balanço historiográfico poderá ser repetitivo e cansativo.

Mesmo quando esbocei fazê-lo acima, ative-me às grandes tendências interpretativas no tempo, mais do que a citações bibliográficas. Considero que o papel da minha geração dedicada ao estudo da Inquisição foi profícuo. Antes de tudo porque estreitou-se o intercâmbio com historiadores estrangeiros, sobretudo europeus, com interesses similares (portugueses, espanhóis, italianos, franceses...). Isto, apesar de estarmos ainda na “era analógica”, correspondência manuscrita à caneta, telefone discado e fixo, telegramas. Sequer havia o natimorto fax. Cresceu imensamente a convicção de que fazer história implicava em pesquisa exaustiva de fontes primárias. Fontes seriadas, mais do que singulares. Manuscritas, tanto mais que impressas. A minha geração coincidiu com que muitos chamaram de crise do “paradigma racionalista”, em particular o marxista que, grosso modo, supervalorizava o determinismo econômico em forte prejuízo dos sentimentos, das crenças, do corpo, dos indivíduos, dos dramas particulares. Tudo isto por décadas ficou adormecido, sequestrado nas cadeias da “luta de classes”. A minha geração, que produziu dissertações e teses sobretudo ao logo dos anos 1980 foi muito marcada pela descoberta das “mentalidades”, corrente francesa que sacudiu a historiografia europeia em maior ou menor grau. E logo, pela história cultural, alternativa menos fantasiosa e autoelogiada, por assim dizer, do que a história das mentalidades, porém com objetos de pesquisa similares. E, porque não dizer, pela micro-história de origem italiana ou do *linguistic turn*, cuja origem talvez esteja na filosofia histórica de Michel Foucault. A minha geração, no Brasil, não soube distinguir de imediato as diferenças entre as alternativas de enfoque que, nas palavras de Pierre Chaunu, buscavam transitar do “porão ao sótão”. Quer dizer, das bases materiais da sociedade para o imaginário, o erotismo, a religiosidade, a heresia, a bruxaria, o demônio. Mas não demoramos a compreender as diferenças e o porquê delas no plano teórico-metodológico. O estudo da Inquisição e de temas baseados nas fontes inquisitoriais não foi o único que ilustrou este caminho. Estudos sobre sexualidade, gênero, criminalidade, cotidiano e religiosidades em outras épocas também se aventuraram a desafiar a hegemonia do marxismo determinista como chave do conhecimento histórico. Mas o que mais destaque na geração à qual pertencço é a valorização — ou mesmo supervalorização —, o diálogo com as fontes. Entre nós, rompeu-se o costume de usar as fontes documentais como ilustração de ideias preconcebidas, o costume de citar trechos em apoio a formulações

autorais. Em nosso caso, as hipóteses de trabalho se modificavam e se ajustavam ao que descobríamos na documentação ao lê-la criticamente. Seria este um retorno ao “mantra” historicista de Langlois e Segnobia? *Pas de document, pas d’histoire*? Até certo ponto sim, admito, lembrando aqui o *insight* de Francisco Falcon, em artigo de 1997, no qual sustentou que os “novos historiadores” (os da *Nova História*, os da minha geração) não traziam nada de novo, exceto a escolha de temas antes desprezados, considerados irrelevantes ou demasiadamente literários. No mais, o desapego à discussão conceitual e a “fidelidade canina” aos documentos parecia indicar, na verdade, uma espécie de neo-historicismo. Neste ponto, apenas nele, discordo do mestre. Primeiro porque nem todos os historicistas se limitavam a reproduzir o que constava das fontes. Os melhores, pelo menos, incluindo o próprio Leopold von Ranke, o autor de *História dos Papas* (1834), para citar um autor e obra monumentais. Segundo, porque a minha geração nunca foi ingênua. Possuía formação teórica variada; vários tinham passado por uma fase marxista (fortemente conceitual); conheciam e discutiram o questionamento frontal de Foucault à “realidade histórica”; aproximaram-se da antropologia. A minha geração, à diferença do historicismo clássico, estava mais entrelaçada com a interdisciplinaridade e com a história da historiografia. Aprendeu muito com a “escola dos Anales”. Numa palavra: nunca pensou que as fontes “revelavam a história”, senão que eram portadoras de história; era imperioso interrogá-las com rigor e, antes, problematizar o modo como haviam sido produzidas, quando, por quem, por quê. De modo que se se tratou de neo-historicismo, juízo que me atrai, carreguemos as tintas no prefixo *neo*. E, para terminar, disse de início que minha geração foi profícua no sentido de prolífica. Muitos de nossos livros tiveram repercussão nacional e mesmo internacional e, sobretudo, nós estimulamos gerações e gerações a produzirem história a partir dessas perspectivas mais ecléticas, nada dogmáticas, e bem fundamentadas em evidências empíricas. Basta citar esta banca de entrevistadores. Três deles (Angelo, Yllan e Pollyanna) fizeram seus mestrados e doutorados sob a minha orientação e já também orientaram mestres e doutores. O quarto deles, Alécio, eu não orientei, só participei da banca de doutorado. Por outro lado, quem o orientou foi um dos melhores historiadores da Inquisição portuguesa, quiçá o melhor no país: Bruno Feitler, docente da UNIFESP, pesquisador do CNPq. Nos últimos anos, é

o Alécio quem me resolve diversas dúvidas sobre o Santo Ofício. O Bruno, por sua vez, é meu oráculo desde sempre.

Yllan de Mattos: Olhando para trás, para a década de 1980, é possível perceber a grande força de mudança promovida por aqueles jovens historiadores que defendiam suas teses no período, sobretudo quanto à perspectiva de análise, ao uso de outras fontes e à promoção de novos problemas.

Os trabalhos de Laura, Lana, Mary e o seu, além de Mott (que é antropólogo), sacudiram os estudos sobre o Brasil Colonial. Gostaria que você fizesse um balanço retrospectivo desse impacto. Ainda que vocês nunca tenham se pensado como uma *escola historiográfica*, é possível dizer que suas obras, sobretudo depois de publicadas, tiveram importância significativa nos novos rumos da historiografia sobre o período?

Ronaldo Vainfas: Tratei das características da geração de historiadores à qual pertenço na segunda resposta ao Angelo. Colocando-me à distância no tempo vejo, sim, que nós sacudimos com a historiografia voltada para o período colonial. O motor deste movimento, como disse antes, foi a assim chamada *Nova História* irradiada a partir da França nos anos 1970/1980. Mas, com exceção do Mott, que já era doutor com tema de antropologia econômica, se não me engano, nós estávamos em plena pesquisa das respectivas teses de doutorado. Laura mais adiantada, eu e Lana no mesmo estágio, Mary a mais jovem na carreira. Luiz Mott, nesta altura, já tinha feito enorme pesquisa no ANTT sobre os acusados e/ou processados por sodomia em todos os tribunais do Santo Ofício português. Anos depois supervisionou a organização de uma portentosa Base de Dados, um oceano de informações que reuniu na pesquisa. A Base de Dados, uma vez acionada, localiza qualquer detalhe, desde, por exemplo, os cristãos-novos praticantes de sodomia até as palavras eruditas ou populares que designavam o pênis. Isto percorrendo e indicando onde, em tal ou qual processo ou documento (Cadernos do Nefando, Cadernos do Promotor). Pois bem, voltando ao núcleo da pergunta, não tínhamos então a mais vaga ideia de que nossos livros causariam tal impacto na historiografia sobre o período colonial. Muito menos a ideia de que pertencíamos a uma “escola historiográfica”. Em termos de “escola” a única noção de pertencimento era em relação à UFF. Particularmente vivi na USP um espetáculo de liberdade intelectual e de apreço à pesquisa. Fernando

Novais, autor marxista, professor sublime, orientou historiadores/as dedicados às mentalidades /ou história sociocultural: Leila Mezzan Algranti, Laura de Mello e Souza, Luciano Figueiredo, Silvia Lara — só para citar alguns nomes bem conhecidos. Fui aluno de Anita Novinsky, uma das pioneiras no uso do conceito de mentalidades, devidamente *aggiornato*. Também fui aluno de Eni de Mesquita Samara, uma das pioneiras em história da família e de gênero. Conviver neste ambiente foi maravilhoso. Afinal, eu vinha da UFF onde, exceto pelo Falcon — mais aberto —, predominava o paradigma marxista de viés economicista, além daquelas voltadas para a História Contemporânea, que escapava a meus interesses. Levei o meu aprendizado da USP para a UFF, Lana também e, com o tempo, o perfil da Pós-graduação mudou. Para dar um só exemplo, criamos, no início do atual século, uma área específica de seleção para a pós específica em História Moderna e Colonial. Tudo isto por inspiração da USP. Costumava brincar, muitas vezes, em comitês disso e daquilo, que eu era um “uspiano”. Que minha ancestralidade acadêmica passava por Eduardo d’Oliveira França, meu orientador, ex-assistente de Fernand Braudel nos anos 1930, este último quase um delfim de Lucien Febvre, antes de ser o condestável da historiografia francesa nos anos 1960. Que me desculpem. *I’m just kidding*. Voltando a falar sério, tínhamos consciência, isto sim, de que estávamos antenados com o que havia de mais atual em termos de História Cultural e bibliografia inquisitorial e nos víamos inseridos numa historiografia inovadora (sem assumir, até onde lembro, o rótulo de autores da *Nova História*, expressão muito pejorativa no Brasil quando usada pelos marxistas e desqualificas pesquisas que julgavam “heterodoxas”). Aliás, esta pergunta sobre o impacto de nossas obras na historiografia brasileira me foi feita, com outras palavras, após uma conferência que ministrei não lembro onde. O interlocutor me classificava, bem como a minha produção (além de citar minhas amigas Laura e Mary) em um movimento de inflexão em nossa historiografia. Perguntava-me se tínhamos consciência disso, como se fosse um projeto. Minha resposta: “Eu não tinha a mínima consciência de que havia de provocar tal impacto, tampouco ambição para tanto. Nós, porque isto vale para minhas companheiras citadas, “só queríamos concluir nossas teses de doutorado”. Apenas isto, o que não digo por falsa modéstia. A minha ambição era obter o título de doutor com boa defesa pública; publicar a tese, quem sabe vê-la bem recebida pela crítica e público leitor; entrar no corpo docente da pós-graduação da UFF;

continuar a interlocução e amizade com meus companheiros e professores da USP, além dos historiadores estrangeiros com os quais convivera (Jean-Pierre Dedieu, Bartolomé Benassar, Francisco Bethencourt, Diogo Ramada Curto, José Pedro Paiva, Jaime Contreras, Serge Gruzinski, Robert Rowland...). Disso, sim, tinha consciência; era o que esperava alcançar. Nada além.

Yllan de Mattos: Lembro de conversarmos diversas vezes sobre a pesquisa histórica realizada na Torre do Tombo; sobre a época que o prédio do arquivo ficava na Assembleia Legislativa de Portugal e tinha uma série de limitações quanto à consulta. Hoje, isso é bem diferente. Não apenas o espaço mudou (ainda bem), mas a digitalização da documentação ampliou as possibilidades de pesquisa. Queria que você nos contasse um pouco sobre esses momentos distintos e como avalia essa mudança para a pesquisa histórica hoje.

Ronaldo Vainfas: Também tratei um pouco disso, Yllan, sobretudo numa resposta ao Angelo. Mas o modo como você formula a questão me provoca sentimentos nostálgicos. Nos idos da década de 1980, o estudioso da Inquisição portuguesa ou de temas por ela documentados, devia dispor de recursos (particulares ou apoio público) para passar um tempo em Lisboa, no mínimo um mês, por vezes mais de ano, conforme o tema escolhido. Não raro tinha que viajar à Lisboa, duas ou mais vezes na mesma pesquisa. A documentação estava, como está, depositada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em sua enorme maioria. Na época não havia sequer prédio exclusivo do arquivo, como você disse. Era um anexo do Parlamento português, no Palácio de São Bento. Aconselhável morar perto, porque o espaço de consulta oferecia apenas vinte lugares. Abria para consulta às 10:30, mas era preciso chegar no mínimo uma hora antes, quando se distribuíam as fichas de acesso — ali chamadas de chapas. Caso contrário, tanto poderia encontrar lugar depois das 10:30, quanto esperar horas por uma vaga. Pelo sim, pelo não, residi na York House (imagine que feito!) que, na época, tinha preço acessível para os quartos mais modestos e antigos. Ficava na Rua das Janelas Verdes, bairro de Santos, o Velho. Podia fazer o trajeto de ida e volta a pé, subindo e descendo ladeiras. Era jovem, fazia ginástica diariamente, inclusive no residencial. Usava um enorme vaso decorativo de mármore como peso de musculação para os braços. No Tombo, o

pesquisador não podia sair do prédio com a chapa e assim perdia o lugar. Com o tempo fiz um acordo com o porteiro-inspetor, fixando em 20 minutos o período de ausência, em troca de conservar a chapa comigo. Um acordo “lusu-brasileiro”, por assim dizer. Comia uma “sandes” de carne assada deliciosa e voltava logo. O pesquisador de processos inquisitoriais devia chegar à Lisboa munido de uma lista de indivíduos seguramente ou possivelmente processados. Assim o fiz, arrolando nomes de acusados nas *Visitações ao Brasil* publicadas nos anos 1920-30, bem como em 1978 (caso do Grão Pará); o mesmo com os nomes listados por Sonia Siqueira, em *Inquisição Portuguesa e sociedade colonial* (1978); levei comigo a quota do que Anita Novinsky chamou de “A grande inquirição” (1645), na esperança de ali encontrar alguns sodomitas, solicitantes ou bigamos; incluí os citados por Varnhagen, quem diria, numa lista de “réus brasileiros” (na maioria portugueses) processados em Lisboa no século XVIII. Adensei meu rol consultando as listas de Autos de Fé, já em Lisboa, buscando réus que residiam no Brasil processados por delitos sexuais ou ligados a moralidades. Tive a tremenda sorte de ser orientado, em Lisboa, por Robert Rowland, que então coordenava a fase preliminar do que seria a informatização do arquivo. Rowland me facultou a consulta de listas novas, onde encontrei réus que desconhecia, presos na Primeira Visitação a Pernambuco e à Bahia — provavelmente denunciados nos livros da Visitação que se perderam. Mas os processos — descobri —, sobreviveram. Etapa seguinte: conferir, na Sala de Referência (na época abrigava arquivos de aço), os fichários com os nomes de réus dos tribunais portugueses. As fichas eram organizadas por ordem alfabética formando serpentes unidas por um barbante que atravessava, por um furo no meio delas, um grupo de fichas; certas letras ocupavam vários grupos de fichas, outras um só grupo, alguns grupos mais de uma letra. Os grupos de fichas, pelo tipo de manuseio adotado, eram conhecidas por “rosários”. As fichas eram de papel cartonado, grossas, porém muito amassadas pelo uso. Dizia-se que os “rosários” datam da época em que o historiador António Baião foi diretor do ANTT – entre 1910 e 1949. (Uma quase tragédia: certo dia, já no fim do expediente, encontrei por acaso um rosário dentro da lata de lixo. Resgatei-o, orgulhoso, e o entreguei em mãos à funcionária de plantão — que me recebeu entre perplexa e assustada). Parênteses fechados. As fichas amassadas, às vezes rasgadinhas e coladas com durex, continham o nome do réu a começar pelo nome de batismo e a data (da prisão ou da

sentença). De nada adiantava tentar encontrar o processo de alguém registrado como “Cunha”, por exemplo, em alguma visitação. Passei por uma experiência concreta com um sapateiro corpulento e bigodudo, acusado em Pernambuco de inúmeras sodomias com rapazes pobres, prometendo-lhes, em troca, sapatos que nunca dava; na denúncia publicada seu nome aparecia como Lessa. Impossível achá-lo no rosário sem o prenome. A consulta à lista elaborada por Rowland me salvou: André de Freitas Lessa. Fui pioneiro em pesquisar o processo do Lessa e, por meio dele, alcancei o nome de vários outros sodomitas com quem andava, quase todos “abusadores” de rapazolas. Munido dos nomes, cheguei a novos processos e reconstruí esta rede que explorava a miséria alheia. Aumentei minha lista de processados. A etapa seguinte foi a de ler e fichar os processos em um caderno das antigas, do tipo espiralado. Usei vários cadernos que tenho até hoje. Era proibido usar caneta na sala de consulta, mas confesso que burlei a regra, adotando o costume de sentar no fundo da sala. Com o tempo fui descoberto, mas minha incontinência foi tolerada por uma funcionária amiga. Fiquei meses e meses nessas lides, dia após dia e, à noite, pensava nas minhas descobertas. Mudava o roteiro dos capítulos, incluía ou excluía itens, detalhes a serem explorados na futura narrativa a exemplo de alcunhas, elementos da cultura material, descrições fisionômicas, localização de lugares onde as pessoas mantinham relações sexuais etc. Esta é uma das tarefas que ilustra, como disse ao Angelo, o estreito diálogo do historiador com as fontes de pesquisa. O plano vai se modificando à medida em que novas possibilidades se apresentam, quer de evidências factuais, quer de interpretação de comportamentos quer, ainda, de práticas judiciárias. Aqui acabo a “sessão nostalgia”. Como é hoje? Você conhece bem, entrou neste mundo já na era de ouro. O ANTT se localiza num majestoso prédio na Alameda da Universidade (de Lisboa), muito perto da Biblioteca Nacional de Portugal. Trajeto rápido a pé entre as duas instituições. O ANTT abriga salas especiais de referência munidas de computadores, sala de leitura de microfimes, repartição para solicitar fotocópias, ampla sala de leitura, auditórios, uma boa cantina. No velho anexo de São Bento, a suposta cantina era uma portinhola na qual cabiam apenas duas pessoas magras para fazer os pedidos. Menu restrito. Imagine as filas. Eu preferia comer fora do arquivo, conservando, é claro, a chapa no bolso, como disse. Para quem não pode ou não quer pesquisar *in loco*, não há problema hoje. Se o foco da pesquisa residir nos processos, pode acessar qualquer um *on line*, lê-lo

no computador ou imprimi-lo para ler em papel. Passei por uma situação dessas, anos depois, em outra pesquisa. Preocupado com possível erro de transcrição de certo interrogatório, entrei no DIGITARQ, localizei o processo, o fólio em causa e dirimi a dúvida. A operação demorou alguns minutos. Não precisei atravessar o Atlântico. Creio que isto resume, em poucas linhas, o passado e o presente da pesquisa no ANTT. Você conhece muitos arquivos europeus, antigos e modernos. Sabe bem quão facilitada ficou a pesquisa arquivística *in loco* ou à distância com esses tremendos avanços tecnológicos.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença *Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)*

Recebido em: 19/05/2024
Aprovado em: 19/05/2024